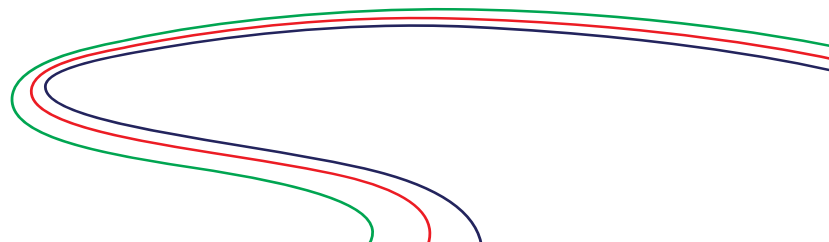
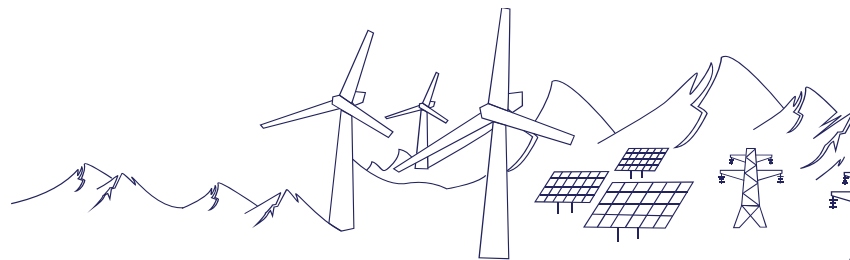




# Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

**SPIC Brasil Energia Participações S.A.**

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente





# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

## Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

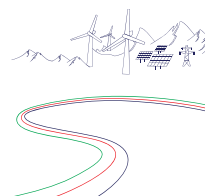
31 de dezembro de 2021

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ..... 1

#### Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas

Balancos patrimoniais .....	5
Demonstrações dos resultados .....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	11





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Diretores e Acionistas  
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards*

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

*Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



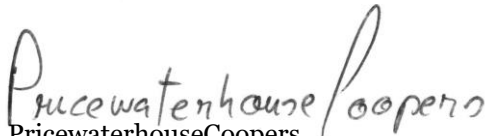
SPIC Brasil Energia Participações S.A.


Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2022

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

  
Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

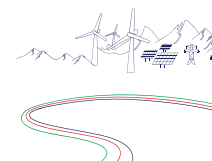
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	510.699	335.733	1.249.090	1.032.364
Concessionárias	6	-	-	49.831	58.208
Ativo Financeiro	7	-	-	733.328	672.811
Impostos a recuperar	8	5.343	2.445	53.381	83.247
Depósitos judiciais e cauções		113.225	-	113.225	-
Estoque		-	-	11.675	7.969
Dividendos e JSCP a receber	23	86.721	118.509	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	487.935
Outros ativos circulantes		115	63	17.538	10.334
<b>Total ativo circulante</b>		<b>716.103</b>	<b>456.750</b>	<b>2.228.068</b>	<b>2.352.868</b>
<b>Não circulante</b>					
Ativo Financeiro	7	-	-	5.836.237	5.263.517
Impostos a recuperar	8	-	-	-	186
Depósitos judiciais e cauções	9	-	-	10.750	10.303
Contas a receber com partes relacionadas	10	759.937	132.913	620.469	993
Impostos diferidos	21	-	-	8.565	6.697
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	1.243.414	781.385
Outras contas a receber	15	486.481	-	486.481	-
Investimentos	11	2.706.935	1.898.004	679.503	-
Direito de uso	12	-	-	33.894	32.327
Imobilizado	13	89	101	116.927	129.701
Intangível	14	-	-	2.602.095	2.613.132
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>3.953.442</b>	<b>2.031.018</b>	<b>11.638.335</b>	<b>8.838.241</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>4.669.545</b>	<b>2.487.768</b>	<b>13.866.403</b>	<b>11.191.109</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

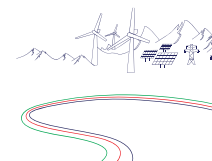
Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	15	489.273	150	759.691	38.948
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	932.381	-	1.339.135	1.773.244
Arrendamentos	17	-	-	4.554	3.593
Obrigações sociais e trabalhistas		1.092	636	25.329	15.659
Impostos a recolher	18	350	184	61.576	202.419
Dividendos e JSCP	23	320.481	165.826	403.801	279.688
Encargos setoriais	19	-	-	22.633	25.923
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	116.209	61.055
Outros passivos circulantes		-	-	1	124
Provisão - Capex melhorias	22	-	-	89.903	99.336
<b>Total passivo circulante</b>		<b>1.743.577</b>	<b>166.796</b>	<b>2.822.832</b>	<b>2.499.989</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	4.824.586	3.702.903
Empréstimos com partes relacionadas	10	129.205	122.140	129.205	122.140
Arrendamentos	17	-	-	32.167	30.671
Impostos a recolher	18	-	-	350	350
Provisões	20	-	-	8.486	7.578
Impostos diferidos	21	-	-	430.652	195.965
Partes relacionadas	10	11.309	10.790	12.230	11.734
Provisão - Capex melhorias	22	-	-	787.553	721.907
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>140.514</b>	<b>132.930</b>	<b>6.225.229</b>	<b>4.793.248</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	23	2.392.247	1.630.507	2.392.247	1.630.507
Outros resultados abrangentes		38.957	1.223	38.957	1.223
Reservas de lucro		354.250	556.312	354.250	563.117
Lucros ou prejuízos acumulados		-	-	-	(6.805)
Participação de não controladores		-	-	2.032.888	1.709.830
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>2.785.454</b>	<b>2.188.042</b>	<b>4.818.342</b>	<b>3.897.872</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>4.669.545</b>	<b>2.487.768</b>	<b>13.866.403</b>	<b>11.191.109</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

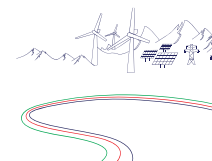
Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	25	-	11.466	2.060.153	1.642.243
Custo de operação	26	-	-	(371.939)	(381.625)
<b>Lucro bruto</b>		-	<b>11.466</b>	<b>1.688.214</b>	<b>1.260.618</b>
Resultado da equivalência patrimonial		246.295	234.334	(129.531)	-
Depreciação e amortização	26	(389)	-	(5.016)	(3.957)
Administrativas e gerais	26	(22.968)	(26.096)	(108.176)	(92.606)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>222.938</b>	<b>219.704</b>	<b>1.445.491</b>	<b>1.164.055</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	27				
Receitas financeiras		24.384	6.265	53.006	24.743
Despesas financeiras		(35.812)	(293)	(444.083)	(398.036)
Variação monetária/cambial líquida		83	-	(124.307)	(68.176)
		<b>(11.345)</b>	<b>5.972</b>	<b>(515.384)</b>	<b>(441.469)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>211.593</b>	<b>225.676</b>	<b>930.107</b>	<b>722.586</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	-	-	(195.588)	(188.937)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	(172.104)	(65.550)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>211.593</b>	<b>225.676</b>	<b>562.415</b>	<b>468.099</b>
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(350.822)	(242.423)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>211.593</b>	<b>225.676</b>	<b>211.593</b>	<b>225.676</b>
<b>Lucro por ação</b>	24				
Quantidade de ações no final do exercício		2.392.247	1.630.507	2.392.247	1.630.507
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,0884	0,1384	0,2351	0,2871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



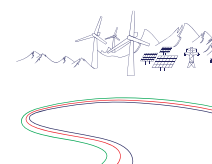


## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>211.593</u>	<u>225.676</u>	<u>211.593</u>	<u>225.676</u>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado</b>				
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa:	68.233	36.386	68.233	36.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(30.499)</u>	<u>(12.371)</u>	<u>(30.499)</u>	<u>(12.371)</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u><b>249.327</b></u>	<u><b>249.691</b></u>	<u><b>249.327</b></u>	<u><b>249.691</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

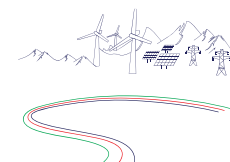


## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas	Lucros acumulados	Total	Não controladores	Total consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.630.507</b>	<b>(22.792)</b>	<b>382.855</b>	-	<b>1.990.570</b>	<b>1.614.482</b>	<b>3.605.052</b>
Ajuste exercício anterior	-	-	(714)	-	(714)	-	(714)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	225.676	225.676	242.423	468.099
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	36.386	-	-	36.386	34.959	71.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(12.371)	-	-	(12.371)	(11.886)	(24.257)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.434	(11.284)	150	-	150
Reversão da destinação de dividendos	-	-	2.093	-	2.093	-	2.093
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(53.598)	(53.598)	-	(53.598)
Destinação para reserva de lucros	-	-	160.644	(160.794)	(150)	(170.148)	(170.298)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.630.507</b>	<b>1.223</b>	<b>556.312</b>	-	<b>2.188.042</b>	<b>1.709.830</b>	<b>3.897.872</b>
Aumento de Capital conforme AGO de 31 de maio de 2021	259.000	-	-	-	259.000	-	259.000
Aumento de Capital conforme AGE de 10 de dezembro de 2021	502.740	-	-	-	502.740	-	502.740
Lucro líquido do exercício	-	-	-	211.593	211.593	350.822	562.415
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	68.233	-	-	68.233	84.175	152.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(30.499)	-	-	(30.499)	(28.620)	(59.119)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	10.580	(10.580)	-	-	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(50.253)	(50.253)	-	(50.253)
Destinação de dividendos de anos anteriores conforme AGO de 31 de maio de 2021	-	-	(202.608)	-	(202.608)	-	(202.608)
Destinação de dividendos de 2020 conforme AGO de 31 de maio de 2021	-	-	(160.794)	-	(160.794)	-	(160.794)
Destinação para reserva de lucros	-	-	150.760	(150.760)	-	(83.319)	(83.319)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.392.247</b>	<b>38.957</b>	<b>354.250</b>	-	<b>2.785.454</b>	<b>2.032.888</b>	<b>4.818.342</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	211.593	225.676	930.107	722.586
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Tributos diferidos	-	-	2.309	-
Resultado de equivalência patrimonial	(246.295)	(234.334)	129.630	-
Ativo financeiro	-	-	(1.645.440)	(1.226.700)
Depreciações e amortizações	389	-	116.059	114.211
Amortização de juros capitalizados	-	-	130	170
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	(16.189)	(33.066)	(9.125)	-
Encargos de dívidas e variações cambiais e monetárias sobre empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	39.446	33.066	492.157	391.211
Arrendamentos e aluguéis - AVP	-	-	2.940	2.643
CAPEX melhoria - AVP	-	-	66.086	70.250
Provisão para descomissionamento	-	-	903	1.302
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	5	47
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	-	-	3.601	5.482
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-	-	(332)	(205)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-	-	(502)	(424)
Créditos de tributos	-	-	(15.229)	-
Recuperação de custos - Extensão da Outorga	-	-	(24.964)	-
	<u>(11.056)</u>	<u>(8.658)</u>	<u>48.335</u>	<u>80.573</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>				
Consumidores e concessionárias	-	-	8.378	4.450
Ativo financeiro	-	-	1.012.204	971.712
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.898)	(1.201)	47.574	(3.793)
Estoques	-	-	(1.519)	(341)
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados	-	-	(1.056)	(1.196)
Depósitos judiciais e cauções	(113.225)	-	(113.480)	74
Outros ativos operacionais	(52)	(63)	(7.204)	(1.333)
	<u>(116.175)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>944.897</u>	<u>969.573</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	2.641	(4)	15.163	11.158
Obrigações sociais e trabalhistas	456	636	9.670	1.999
Impostos e contribuições sociais	167	273	(157.032)	(4.970)
Encargos regulamentares e setoriais	-	-	(6.892)	166
Outros contas a pagar	-	-	(120)	(8)
	<u>3.264</u>	<u>905</u>	<u>(139.211)</u>	<u>8.345</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(123.967)</b>	<b>(9.017)</b>	<b>854.021</b>	<b>1.058.491</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(152)	(181.158)	(186.593)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(123.967)</b>	<b>(9.169)</b>	<b>672.863</b>	<b>871.898</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de investimentos	(612.000)	-	(610.500)	-
Dividendos recebidos	118.509	117.167	-	-
Adições ao Imobilizado e Intangível	-	(101)	(6.061)	(7.153)
Adições CAPEX melhorias	-	-	(67.146)	(64.870)
Empréstimos para terceiros	(610.339)	-	(610.338)	-
Partes relacionadas	23	5.283	17	12.810
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento</b>	<b>(1.103.807)</b>	<b>122.349</b>	<b>(1.294.028)</b>	<b>(59.213)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão	502.740	-	502.740	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(113.862)	(116.393)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	900.000	-	1.916.872	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(1.121.816)	(18.585)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-	-	(339.377)	(324.307)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	-	-	(6.667)	(5.451)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>	<b>1.402.740</b>	<b>-</b>	<b>837.890</b>	<b>(464.736)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>174.966</b>	<b>113.180</b>	<b>216.725</b>	<b>347.949</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	510.699	335.733	1.249.090	1.032.364
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	335.733	222.553	1.032.365	684.415
	<u>174.966</u>	<u>113.180</u>	<u>216.725</u>	<u>347.949</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia” ou quando em conjunto com as suas controladas “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado da São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong.

A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”).

### UHE São Simão S.A.

A Companhia é controladora direta da UHE São Simão S.A. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta empresa, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

### *Contrato de concessão*

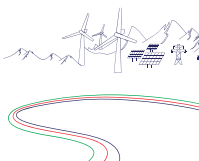
Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

### Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.

A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de projetos de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas.

A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das empresas: Central Eólica Paraíso Azul S/A, Millenium Central Geradora Eólica S.A., Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. e SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.. Também detém 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda. Suas controladas possuem os seguintes objetos sociais:

- Central Eólica Paraíso Azul S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Azul situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia.
- Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraíso Azul.
- O parque eólico da Millenium Central Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 10,2 MW.
- O parque eólico da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW.
- SPIC Brasil Participações Eólicas S.A., empresa com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

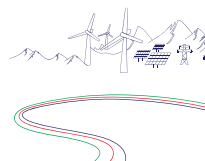
A energia gerada por esses parques é vendida à Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

### SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

A companhia é controladora da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. adquirida em 02 de dezembro de 2020 ("Controlada"), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior ("holding") assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração de energia.

### UTE GNA I Geração de Energia S.A.

A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA I Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica.



## SPIC Comercializadora

A Companhia é controladora da SPIC Comercializadora. (“Controlada”) desde 28 de julho de 2021 por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto social e atividade preponderante a comercialização de energia elétrica.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 01 de abril de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

A Companhia considerou as diretrizes contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Moeda funcional

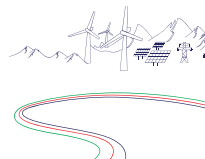
As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3 Critério de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas UHE São Simão Energia S.A., Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.. Todos os saldos e transações com a empresa controlada são eliminados no processo de consolidação.

#### *Moeda estrangeira*

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório,



os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

## 2.4 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

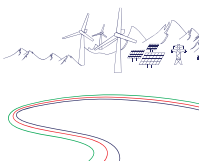
Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

## 2.5 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.





Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 6); Ativo financeiro (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 21); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões para Capex melhorias (Nota 22); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29).

## 2.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

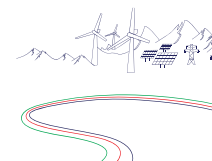
O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$661.799 (R\$147.121 negativo em 2020), decorrente principalmente, pelo pagamento em janeiro de 2022 de parte da sua dívida com o Banco Sumitomo Mitsui. Para cobrir este pagamento a Companhia recebeu aporte de Capital da controladora SPIC Green. Estas operações estão descritas na nota explicativa de eventos subsequentes.

No quarto trimestre de 2021, a controlada UHE São Simão reafirmou sua nota máxima de rating (BrAAA) pela S&P, confirmando a saúde financeira para com o mercado de capitais.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2.7 Efeitos do GSF – *Generation Scaling Factor* na controlada UHE São Simão

A Lei nº 14.052, publicada em 09/09/2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08/12/2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são,





majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados “estruturantes” (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas no mercado de contratação livre, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020.

Esta alteração resultou em um cálculo pela CCEE de um valor presente adicional ao intangível da Companhia em contrapartida ao resultado de R\$ 24.964 e seus impostos foram diferidos até a realização da extensão da outorga em 2048.

## 2.8 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

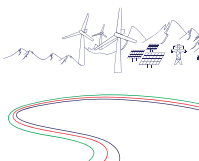
Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da controladora está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações contábeis:

### a) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Companhia avaliou a posição do contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeiras dos credores.



b) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

c) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

d) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – covenants

A Companhia avaliou os covenants contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2021 atendeu adequadamente as obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento. Ainda, a Companhia avaliou os seus índices de liquidez.

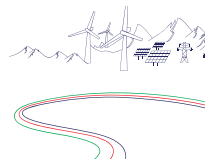
Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19.

## 3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo essa uma estratégia financeira e não operacional.

### 3.2. Contas a receber de clientes

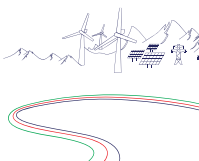
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das controladas.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de compra e venda de energia firmados entre suas controladas nos ambientes Livre e Regulado. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e suas controladas consideraram que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e as controladas não possuem expectativa de perda na realização das contas a receber derivados de seus contratos.

### 3.3. Ativos da concessão

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e (c) um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.



## 3.3.1. Ativos financeiro

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado “regime de quotas”, foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias.

O ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantidas a valor justo por meio do resultado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de geração de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

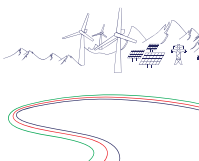
O intangível reconhecido nesta operação está descrito na política de Ativo intangível (Nota 3.6).

## 3.3.2. Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são registrados ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.



### 3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

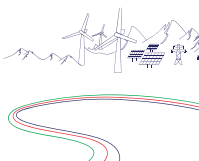
Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e suas controladas, através de teste de *impairment*, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos imobilizados e intangíveis.

### 3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas



circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Provisões para CAPEX melhorias

As provisões constituídas como CAPEX melhoria são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão. A movimentação deste fluxo está apresentada na nota explicativa nº 22.

## Provisões para descomissionamento

Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Esta provisão é constituída nas usinas de energia eólica para cumprir com as responsabilidades relativas à reposição dos terrenos, devido à existência de um contrato de arrendamento que determina que suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições iniciais.

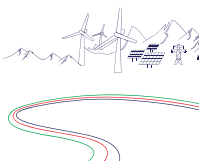
### **3.6. Ativos intangíveis**

#### Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem o pagamento da Bonificação de Outorga que representa substancialmente o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão, o direito de uso e intangíveis relativos ao CAPEX melhoria e gastos relativos a desenvolvimento e aquisições de softwares.

#### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.





## Amortização

Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em setembro de 2048.

A amortização do CAPEX melhoria é reconhecida baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil residual estimada é de 27 anos.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo órgão regulador.

### **3.7. Reconhecimento de receita**

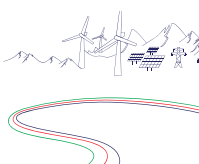
A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### **3.8. Impostos sobre vendas**

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.



### **3.9. Imposto de renda e contribuição social**

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

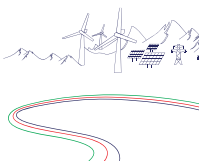
O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.





Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

### 3.10. Instrumentos financeiros

#### Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

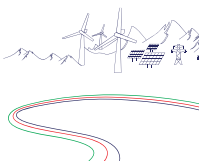
#### Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação do risco de perda associado a realização dos créditos ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um



modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

### Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

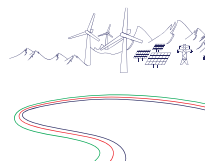
A nota explicativa nº 16 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

### Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.



## 3.11. Arrendamentos

### CPC 06 (R2) - Arrendamento

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e são apresentados nas notas explicativas de Direto de uso (nota 12) e Arrendamentos (nota 17).

## 4. Combinação de Negócios sobre controle comum

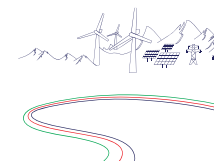
Em 01 de agosto de 2019, a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. pelo valor de R\$ 114.806 referente ao Patrimônio Líquido registrado conforme laudo de avaliação. Nesta data a Companhia assinou Instrumento particular de assunção de dívida que a adquirida mantinha com a antiga matriz.

Por definição de política contábil do grupo a Companhia adotou o “*predecessor accounting method*”, rerepresentando suas demonstrações contábeis para refletir os valores da aquisição ocorrida em 2017 pela controladora final do grupo SPIC Green Energy Ltd. a qual gerou um ágio na operação no valor de R\$ 15.111.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixas e Bancos	11	2	9.400	3.529
Aplicações financeiras de curto prazo	510.688	335.731	1.239.690	1.028.835
	<b>510.699</b>	<b>335.733</b>	<b>1.249.090</b>	<b>1.032.364</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.



**6. Concessionárias**

	Consolidado		Saldo líquido em 31/12/2021	Saldo líquido em 31/12/2020
	Corrente a Vencer			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
<b>Circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	41.968	4.402	46.370	55.726
Energia de curto prazo	3.461	-	3.461	2.482
<b>Total Circulante</b>	<b>45.429</b>	<b>4.402</b>	<b>49.831</b>	<b>58.208</b>

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica nos ambientes regulados e livres. Não há saldos em atraso, bem como o risco de crédito é irrelevante em 31 de dezembro de 2021 e 2020, portanto não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

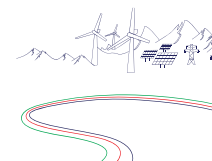
**7. Ativo financeiro**

Em 10 de novembro de 2017, a controlada UHE São Simão firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a controlada UHE São Simão optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da controlada ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a controlada UHE São Simão fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes acima foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG. Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota técnica	Data da homologação	Vigência	IPCA RBO	RBO	IPCA GAG	GAG
159	11.07.2018	01.07.2018 a 30.06.2019	-	557.641	-	164.872
136	17.07.2019	01.07.2019 a 30.06.2020	7,44%	599.144	7,99%	178.047
129	27.07.2020	01.07.2020 a 30.06.2021	2,13%	611.920	2,13%	181.844
156	09.07.2021	01.07.2021 a 30.06.2022	8,35%	662.998	8,35%	197.022

Com base nas características do contrato de concessão, a UHE São Simão concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) e GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

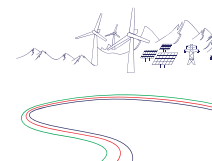
Com base nesse entendimento, a UHE São Simão aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da controlada UHE São Simão de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,15% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG.

A UHE São Simão classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da UHE São Simão para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2020	Receita financeira	Varição monetária	(-) Faturamento RAG	31/12/2021
Ativo financeiro - RBO	6.378.620	677.626	613.472	(698.026)	6.971.692
Ativo financeiro - GAG	162.789	467.953	54.106	(417.350)	267.498
(-) PIS/COFINS	(605.081)	(105.966)	(61.750)	103.172	(669.625)
Total	<b>5.936.328</b>	<b>1.039.613</b>	<b>605.828</b>	<b>(1.012.204)</b>	<b>6.569.565</b>
Circulante	672.811				733.328
Não Circulante	5.263.517				5.836.237
Total	<b>5.936.328</b>				<b>6.569.565</b>



## 8. Impostos a recuperar

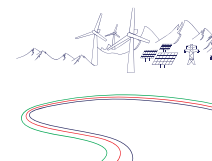
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recuperar (PIS e COFINS) (i)	-	-	21.788	1.109
Impostos a compensar (IRPJ e CSLL)	2.027	152	8.512	51.917
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	-	-	2.325	8.958
Impostos e tributos a compensar (outros) (ii)	3.316	2.293	20.756	21.449
	<b>5.343</b>	<b>2.445</b>	<b>53.381</b>	<b>83.433</b>
Ativo circulante	5.343	2.445	53.381	83.247
Ativo não circulante	-	-	-	186
	<b>5.343</b>	<b>2.445</b>	<b>53.381</b>	<b>83.433</b>

- (i) Referem-se a PIS e COFINS sobre créditos recuperáveis sobre materiais, serviços e aquisição de ativos.
- (ii) Referem-se a IRPJ e CSLL a recuperar referente aos anos de 2017 a 2019 e IRRF sobre aplicações financeiras de 2021.

## 9. Cauções e depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	-	-	-	-	300	282
Santander - conta reserva (i)	-	-	-	-	7.303	6.991
Banco Nordeste do Brasil S/A (ii)	-	-	-	-	3.147	3.030
Citibank - Escrow GNA I (iii)	113.225	-	113.225	-	-	-
<b>Total</b>	<b>113.225</b>	<b>-</b>	<b>113.225</b>	<b>-</b>	<b>10.750</b>	<b>10.303</b>

- (i) Os depósitos vinculados no montante de R\$7.303 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.991 em 2020) referem-se substancialmente à aplicação financeira realizada pela controlada Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. no Fundo Santander cash green (antigo Fundo Western Asset Soberano em 2017), e será mantida até a data do vencimento do empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em junho de 2023; e
- (ii) Os depósitos vinculados no montante de R\$3.147 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.030 em 2020) referem-se, integralmente, a aplicação financeira realizada pela controlada Millennium, remunerada à taxa de 99% do CDI, e será mantida pela Empresa até a data de seu vencimento em 01 de maio de 2026, como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil.
- (iii) Depósito vinculado no montante de R\$ 113.225 em 31 de dezembro de 2021 referem-se substancialmente à aplicação financeira realizada pela acionista SPIC Brasil em CCB no Fundo Santander cash blue RF referenciado DI FI, e tem expectativa de resgate conforme os eventos de aporte de capital na UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 2022.





# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Partes Relacionadas

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Balço patrimonial</b>					
<b>Ativo</b>					
UHE São Simão Energia	Dividendos	86.721	118.509	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	129.205	122.140	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Reembolso de custos de projetos	11.259	10.773	-	-
SPIC Térmicas e Participações S.A.	Reembolso de custos de projetos	9	-	-	-
GNA I Geração de Energia S.A. (i)	Mútuo	56.592	-	56.592	-
GNA II Geração de Energia S.A. (i)	Mútuo	562.872	-	562.872	-
Pacific Hydro Australia - WHT	Reembolso de custos de projetos	-	-	748	748
Outros	Reembolso de custos de projetos	-	-	257	245
<b>Passivo</b>					
SPIC Green Energy Ltd	Dividendos	320.481	165.826	320.481	165.826
Pacific Hydro International	Mútuo	-	-	942	942
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	129.205	122.140	129.205	122.140
Outros	Custos compartilhados	-	-	29	29
SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	Mútuo	-	-	2.845.992	4.207.476
SPIC Pacific Hydro PTY	Reembolso de custos de projetos	11.259	10.763	11.259	10.763
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	50	27	-	-
<b>Resultado</b>					
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	(7.808)	(32.775)	(7.808)	(32.775)
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	(325)	(1.146)	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	7.808	32.775	-	-

- (i) Referem-se a mútuos concedidos para GNA I e GNA II, dos quais são remuneradas pelo CDI e tem seus vencimentos previsto para 2023.
- (ii) Refere-se a dívida em moeda estrangeira e suas características estão descrita na nota explicativa 16.

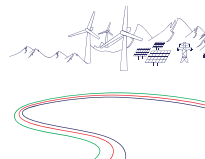
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos administradores no consolidado totalizou R\$7.373 (R\$4.388 em 2020).

Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2021 e 2020.

## 11. Investimento

- a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Percentual de participação	Informações sobre as controladas			Resultado do exercício
	2021	2020		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Participações em empresas Controladas							
UHE São Simão Energia	2.115.861	1.779.618	51%	11.104.590	11.104.590	4.148.749	715.962
Pacific Hydro Energia do Brasil	129.130	118.395	100%	330.742	330.742	114.019	10.735
SPIC Térmicas	(39.616)	(9)	100%	179.443	179.443	(39.615)	(18.136)
SPIC Comercializadora	1.500	-	100%	1.500	1.500	1.500	-
GNA I	473.576	-	33%	7.562.037	7.562.037	1.516.041	(233.279)
GNA I - Mais valia	26.484	-					
<b>Total Investimentos</b>	<b>2.706.935</b>	<b>1.898.004</b>					



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b. Movimentação do investimento:

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Outros resultados abrangentes	MEP	Dividendos	Amortização mais valia	Saldo em 31/12/2021
São Simão Energia	1.779.618	-	57.823	365.141	(86.721)	-	2.115.861
Pacific Hydro Energia do Brasil	118.395	-	-	10.735	-	-	129.130
SPIC Térmicas	(9)	-	(21.471)	(18.136)	-	-	(39.616)
SPIC Comercializadora	-	1.500	-	-	-	-	1.500
GNA I	-	583.639	1.382	(111.445)	-	-	473.576
GNA I - Mais valia	-	26.861	-	-	-	(377)	26.484
<b>Total</b>	<b>1.898.004</b>	<b>612.000</b>	<b>37.734</b>	<b>246.295</b>	<b>(86.721)</b>	<b>(377)</b>	<b>2.706.935</b>

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Outros resultados abrangentes	MEP	Dividendos	Amortização mais valia	Saldo em 31/12/2021	Eliminações	Saldo em 31/12/2021
São Simão Energia	1.779.618	-	57.823	365.141	(86.721)	-	2.115.861	(2.115.861)	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	118.395	-	-	10.735	-	-	129.130	(129.130)	-
SPIC Térmicas	(9)	219.000	(21.471)	(18.136)	-	-	179.384	59	179.443
SPIC Comercializadora	-	1.500	-	-	-	-	1.500	(1.500)	-
GNA I	-	583.639	1.382	(111.445)	-	-	473.576	-	473.576
GNA I - Mais valia	-	26.861	-	-	-	(377)	26.484	-	26.484
<b>Total</b>	<b>1.898.004</b>	<b>831.000</b>	<b>37.734</b>	<b>246.295</b>	<b>(86.721)</b>	<b>(377)</b>	<b>2.925.935</b>	<b>(2.246.432)</b>	<b>679.503</b>

- (i) Referem-se a mais valia apurada nos laudos de avaliação sobre os ativos de GNA I e GNA II. A amortização se dará pela depreciação dos ativos de GNA I e por meio dos contratos de energia elétrica para GNA II.

## 12. Direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Notas 3.11 e 17). O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das empresas Vale dos Ventos e Millennium.
- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de alugueis relativo às sedes das controladas UHE São Simão e Pacific Hydro Brasil.

### a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado 31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	28.773	(7.469)	21.304
		28.773	(7.469)	21.304
Atividades não vinculadas à concessão				
Arrendamento de terras	11,44%	16.459	(3.879)	12.580
Aluguéis de imóveis	32,31%	330	(320)	10
		16.789	(4.199)	12.590
<b>Total direito de uso</b>		<b>45.562</b>	<b>(11.668)</b>	<b>33.894</b>





# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	25.234	(4.467)	20.767
		25.234	(4.467)	20.767
Atividades não vinculadas à concessão				
Arrendamento de terras	11,44%	13.828	(2.384)	11.444
Aluguéis de imóveis	32,31%	319	(203)	116
		14.147	(2.587)	11.560
<b>Total direito de uso</b>		<b>39.381</b>	<b>(7.054)</b>	<b>32.327</b>

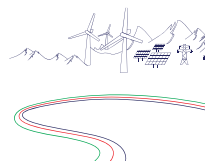
## b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 31/12/2020	Correção contratual	Depreciações	
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	11.444	2.631	(1.495)	12.580
Aluguéis de imóveis	20.883	3.550	(3.119)	21.314
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>32.327</b>	<b>6.181</b>	<b>(4.614)</b>	<b>33.894</b>

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Correção contratual	Depreciações	
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	10.617	2.040	(1.213)	11.444
Aluguéis de imóveis	18.977	4.382	(2.476)	20.883
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>29.594</b>	<b>6.422</b>	<b>(3.689)</b>	<b>32.327</b>

## 13. Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.





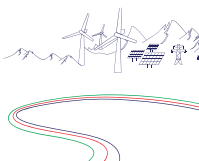
## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015 e são condizentes com a vida útil estimada pela administração. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## a. Composição do Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Controladora			
					Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Tangível</b>								
Imobilizado em serviço - tangível								
Atividades não vinculadas à concessão								
Máquinas e equipamentos		101	(12)	89	-	-	-	
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>101</b>	<b>(12)</b>	<b>89</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>101</b>	<b>(12)</b>	<b>89</b>	<b>101</b>	<b>-</b>	<b>101</b>	
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Consolidado			
					Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado</b>								
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	382	(44)	338	3,41%	382	(31)	351
Máquinas e equipamentos	10,05%	5.216	(825)	4.391	9,07%	4.035	(473)	3.562
Veículos		917	(95)	822		260	(19)	241
Móveis e utensílios	6,25%	908	(94)	814	6,25%	598	(50)	548
		<b>7.423</b>	<b>(1.058)</b>	<b>6.365</b>		<b>5.275</b>	<b>(573)</b>	<b>4.702</b>
Administração								
Terrenos		-	-	-		-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55%	3.292	(390)	2.902	3,33%	3.292	(278)	3.014
Máquinas e equipamentos	13,05%	3.282	(1.314)	1.968	12,99%	2.967	(889)	2.078
Móveis e utensílios	6,25%	379	(42)	337	6,25%	273	(22)	251
		<b>6.953</b>	<b>(1.746)</b>	<b>5.207</b>		<b>6.532</b>	<b>(1.189)</b>	<b>5.343</b>
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		602	-	602		602	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,76%	23.960	(15.958)	8.002	11,51%	23.785	(14.707)	9.078
Máquinas e equipamentos	9,99%	259.786	(169.594)	90.192	10,11%	258.013	(156.511)	101.502
Veículos	20,00%	410	(389)	21	20,00%	410	(328)	82
Móveis e utensílios	10,20%	671	(295)	376	10,44%	693	(240)	453
Descomissionamento	10,10%	5.422	(1.943)	3.479	10,10%	5.422	(1.458)	3.964
		<b>290.851</b>	<b>(188.179)</b>	<b>102.672</b>		<b>288.925</b>	<b>(173.244)</b>	<b>115.681</b>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>305.227</b>	<b>(190.983)</b>	<b>114.244</b>		<b>300.732</b>	<b>(175.006)</b>	<b>125.726</b>
Imobilizado em curso								
Geração		4.148	-	4.148		2.383	-	2.383
Administração		(1.730)	-	(1.730)		996	-	996
Atividades não vinculadas à concessão		265	-	265		495	101	596
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>2.683</b>	<b>-</b>	<b>2.683</b>		<b>3.874</b>	<b>101</b>	<b>3.975</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>307.910</b>	<b>(190.983)</b>	<b>116.927</b>		<b>304.606</b>	<b>(174.905)</b>	<b>129.701</b>



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

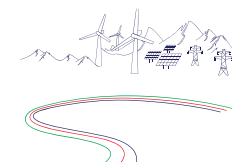
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b. Movimentação do Imobilizado

	Controladora						Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Impostos recuperáveis	
<b>Imobilizado</b>							
Máquinas e equipamentos	-	-	101	(12)	-	-	89
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	-	-	<b>101</b>	<b>(12)</b>	-	-	<b>89</b>
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	-	-	(101)	-	-	-	(101)
Outros	101	-	-	-	-	-	101
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>101</b>	-	<b>(101)</b>	-	-	-	-
<b>Total do imobilizado</b>	<b>101</b>	-	-	<b>(12)</b>	-	-	<b>89</b>

	Consolidado						Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Impostos recuperáveis	
<b>Tangível</b>							
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.444	-	-	(1.375)	-	173	11.242
Máquinas e equipamentos	107.141	1.473	775	(13.861)	-	1.023	96.551
Veículos	601	-	657	(137)	-	-	1.121
Móveis e utensílios	973	221	195	(125)	(16)	-	1.248
Descomissionamento	3.964	-	-	(485)	-	-	3.479
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>125.123</b>	<b>1.694</b>	<b>1.627</b>	<b>(15.983)</b>	<b>(16)</b>	<b>1.196</b>	<b>113.641</b>
Imobilizado em curso							
Terrenos	602	-	-	-	-	-	602
Máquinas e equipamentos	2.674	2.515	(555)	-	-	-	2.446
Veículos	598	58	(656)	-	-	-	-
Móveis e utensílios	294	103	(281)	-	-	-	116
Outros	410	100	(388)	-	-	-	122
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>4.578</b>	<b>2.776</b>	<b>(1.880)</b>	-	-	-	<b>3.286</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>129.701</b>	<b>4.470</b>	<b>(253)</b>	<b>(15.983)</b>	<b>(16)</b>	<b>1.196</b>	<b>116.927</b>



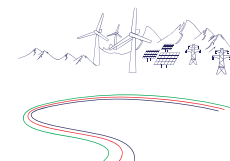
# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Imobilizado</b>		
Imobilizado em curso		
Outros	-	101
<b>Total do imobilizado em curso</b>	-	<b>101</b>
<b>Total do imobilizado</b>	-	<b>101</b>

## Consolidado

Tangível	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Transf. para reparo	Reclassificação	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.649	-	-	(1.378)	-	-	173	12.444
Máquinas e equipamentos	118.345	1.310	304	(13.782)	(15)	(42)	1.021	107.141
Veículos	440	260	-	(99)	-	-	-	601
Móveis e utensílios	778	192	69	(108)	-	42	-	973
Descomissionamento	4.449	-	-	(485)	-	-	-	3.964
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>137.661</b>	<b>1.762</b>	<b>373</b>	<b>(15.852)</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>	<b>1.194</b>	<b>125.123</b>
Imobilizado em curso								
Terrenos	602	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	6.922	1.415	(304)	-	141	(5.500)	-	2.674
Veículos	-	598	-	-	-	-	-	598
Móveis e utensílios	23	340	(69)	-	-	-	-	294
Outros	15	395	-	-	-	-	-	410
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>7.562</b>	<b>2.748</b>	<b>(373)</b>	<b>-</b>	<b>141</b>	<b>(5.500)</b>	<b>-</b>	<b>4.578</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>145.223</b>	<b>4.510</b>	<b>-</b>	<b>(15.852)</b>	<b>126</b>	<b>(5.500)</b>	<b>1.194</b>	<b>129.701</b>



## 14. Intangível

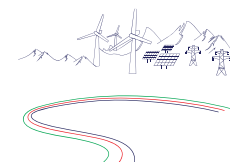
Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Consolidado					
		2021			2020		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.594	(1.023)	571	1.594	(943)	651
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(4.851)	2.709	7.560	(4.473)	3.087
Ágio no Investimento		22.410	-	22.410	22.410	-	22.410
Software	20,00%	5.821	(3.104)	2.717	5.493	(2.025)	3.468
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.956.384	(235.132)	1.721.252	1.931.420	(170.476)	1.760.944
CAPEX melhorias	3,51%	874.638	(58.155)	816.483	819.279	(31.142)	788.137
Projeto Paraíso Azul		11.197	-	11.197	10.950	-	10.950
Projeto Paraíso Farol		22.260	-	22.260	21.920	-	21.920
Outros projetos		-	-	-	-	-	-
Software		2.496	-	2.496	1.565	-	1.565
<b>Total intangível</b>		<b>2.904.360</b>	<b>(302.265)</b>	<b>2.602.095</b>	<b>2.822.191</b>	<b>(209.059)</b>	<b>2.613.132</b>



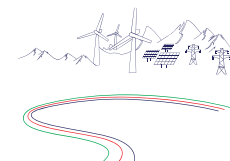
## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b. Movimentação do Intangível

	Consolidado				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	
Intangível em serviço					
Pesquisa e Desenvolvimento	651	-	(80)	-	571
Gastos pré-operacionais	3.087	-	(378)	-	2.709
Ágio no Investimento	22.410	-	-	-	22.410
Software	3.467	253	(1.077)	75	2.718
Direito de concessão - Outros	1.760.943	24.964	(64.656)	-	1.721.251
CAPEX melhorias	788.137	57.272	(28.926)	-	816.483
Intangível em curso					
Projeto Paraíso Azul	10.951	246	-	-	11.197
Projeto Paraíso Farol	21.920	339	-	-	22.259
Outros projetos	-	-	-	-	-
Software	1.566	1.006	-	(75)	2.497
	<b>2.613.132</b>	<b>84.080</b>	<b>(95.117)</b>	<b>-</b>	<b>2.602.095</b>

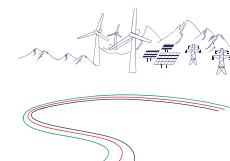
	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Intangível em serviço				
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	731	-	(80)	651
Gastos pré-operacionais	3.465	-	(378)	3.087
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	22.410
Software (iii)	4.508	-	(1.041)	3.467
Direito de concessão – Outros (iii)	1.825.368	-	(64.425)	1.760.943
CAPEX melhorias (iv)	816.883	-	(28.746)	788.137
Intangível em curso				
Projeto Paraíso Azul (v)	10.521	430	-	10.951
Projeto Paraíso Farol (v)	20.788	1.132	-	21.920
Outros projetos	40	(40)	-	-
Software (iii)	442	1.124	-	1.566
	<b>2.705.156</b>	<b>2.646</b>	<b>(94.670)</b>	<b>2.613.132</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) No consolidado foram reconhecidos gastos com pesquisa e desenvolvimento da planta de geração de energia eólica na controlada Vale dos Ventos. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de 20 anos, correspondente à vida útil estimada do parque industrial construído para a geração de energia eólica.
- (ii) O ágio foi gerado quando da aquisição das empresas Millennium, Vale dos Ventos e Energia Limpa e não são amortizados. O saldo de ágio está suportado por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Empresa procedeu a testes de recuperabilidade desse ágio, tendo por base o método de projeção de fluxos de caixa, constatando que não há necessidade de reconhecimentos de nenhuma perda no valor recuperável.
- (iii) Referem-se aquisição de *software* e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.
- (iv) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa nº 22.
- (v) Na controlada Pacific Hydro foram reconhecidos nos Projetos Paraíso Azul, Paraíso Farol e outros demais projetos os gastos no montante acima exposto relativos às despesas com desenvolvimento referentes ao desenho e implantação de novos processos para a geração de energia eólica. Estes gastos não são amortizados, pois ainda estão em fase de desenvolvimento.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas apenas na controlada UHE São Simão são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.





## 15. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição da conta de fornecedores é como segue:

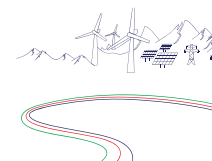
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	21.294	18.659
Materiais e Serviços	2.792	150	251.916	20.289
Outras contas a pagar (i)	486.481	-	486.481	-
	<b>489.273</b>	<b>150</b>	<b>759.691</b>	<b>38.948</b>

- (i) Contas a pagar GNA II Geração de Energia S.A., conforme NTP *Notice to proceed agreement* assinado em 17 de novembro de 2021 com garantia corporativa, conforme descrito na nota explicativa 32.

## 16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>						
MUFG Bank LTD (i)	1.359	150.000	151.359	-	-	-
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (ii)	31.022	750.000	781.022	-	-	-
<b>Total de dívidas</b>	<b>32.381</b>	<b>900.000</b>	<b>932.381</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (i) Contratação de empréstimo ocorrido em 24 de novembro de 2021 no montante total de R\$ 150.000 junto ao Banco MUFG a uma taxa de CDI + 1,05% ao ano com vencimento em 25 de novembro de 2022.
- (ii) Contratação de empréstimo ocorrido em 28 de janeiro de 2021 no montante total de R\$ 750.000 junto ao Banco Sumitomo Mitsui a uma taxa fixa de 3,92% ao ano com vencimento em 28 de janeiro de 2022 (Nota 32).

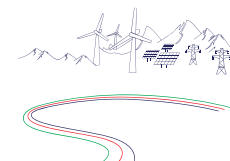


# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Empresa	Consolidado							
		31/12/2021			Total	31/12/2020			Total
		Encargos		Não Circulante		Principal		Não Circulante	
		Circulante	Circulante			Circulante	Circulante		
<b>Moeda nacional</b>									
BNP Paribas (iii)	UHE São Simão	4.447	199.935		204.382	4.448		199.838	204.286
Banco Nordeste do Brasil S.A. (iv)	Millennium	81	2.484	9.166	11.731	3	2.142	11.464	13.609
BNDES (v)	Vale dos Ventos	97	19.257	10.233	29.587	142	18.503	28.845	47.490
MUFG Bank LTD (i)	SPIC	1.359	150.000		151.359				-
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (ii)	SPIC	31.022	750.000		781.022				-
<b>Total</b>		<b>37.006</b>	<b>1.121.676</b>	<b>19.399</b>	<b>1.178.081</b>	<b>4.593</b>	<b>20.645</b>	<b>240.147</b>	<b>265.385</b>
<b>Moeda estrangeira</b>									
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (vi)	UHE São Simão	161.590		2.684.402	2.845.992	146.454		2.463.857	2.610.311
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (vi)	UHE São Simão	-	-	-	-	15.310	1.581.855	-	1.597.165
<b>Total</b>		<b>161.590</b>		<b>2.684.402</b>	<b>2.845.992</b>	<b>161.764</b>	<b>1.581.855</b>	<b>2.463.857</b>	<b>4.207.476</b>
<b>Debêntures</b>									
Pentagono Trustee - Tranche 1 (vi)	UHE São Simão	4.129		890.231	894.360	3.614		800.121	803.735
Pentagono Trustee - Tranche 2 (vi)	UHE São Simão	2.271		199.096	201.367	773		198.778	199.551
Pentagono - 2º Emissão (viii)	UHE São Simão	12.462		1.031.458	1.043.920				-
<b>Total</b>		<b>18.862</b>		<b>2.120.785</b>	<b>2.139.647</b>	<b>4.387</b>		<b>998.899</b>	<b>1.003.286</b>
<b>Derivativos</b>									
Bank of America Merrill Lynch (vi)	UHE São Simão	35.161			35.161	18.222			18.222
Banco Bradesco S.A. (vi)	UHE São Simão	11.710			11.710	6.120			6.120
JPMorgan Chase Bank (vi)	UHE São Simão	69.339			69.339	36.713			36.713
<b>Total</b>		<b>116.210</b>			<b>116.210</b>	<b>61.055</b>			<b>61.055</b>
<b>Total de dívidas</b>		<b>333.668</b>	<b>1.121.676</b>	<b>4.824.586</b>	<b>6.279.930</b>	<b>231.799</b>	<b>1.602.500</b>	<b>3.702.903</b>	<b>5.537.202</b>

- (iii) Contratação de empréstimo ocorrido em 18 de novembro de 2019 no montante de R\$ 200.000 junto ao BNP Paribas a uma taxa fixa de 5,0405% ao ano, o pagamento de juros e principal será na data do vencimento em 18 de agosto de 2022.
- (iv) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste S/A (BNB), ocorrido em 29 de julho de 2007, no valor de R\$ 32.679 com taxa fixa de 9.5% ao ano com vencimento previsto em 29 de maio de 2026.
- (v) Contrato de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocorrido em 10 de dezembro de 2008, no valor de R\$ 162.097 a uma taxa de TJLP + 2.87% ao ano com vencimento em 15 de junho de 2023.
- (vi) Contratação de empréstimo em moeda estrangeira em 01 de novembro de 2018 junto a SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, no valor de US\$ 497.235 equivalente a R\$ 1.854.575 com vencimento em 24 de outubro de 2023. Para proteção da exposição à variação cambial, a Companhia contratou na mesma data as operações de swap de forma a converter a variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 5,8588% ao ano para pré-fixado de 11,47% ao ano junto aos bancos Bradesco e Bank of America Merrill Lynch e de 11,49% ao ano junto ao banco JP Morgan. Contratação de empréstimo em moeda estrangeira em 01 de novembro de 2018 junto a SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L no valor de US\$ 298.407 equivalente a R\$ 1.101.732. Para proteção da exposição à variação cambial, a Companhia contratou na mesma data a operação de swap de forma a converter a variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 5,4706% ao ano para CDI + 1,85% ao ano junto aos bancos JP Morgan e HSBC. O empréstimo no valor de US\$ 298.407 as operações de swap foram pagas integralmente no vencimento em 25 de outubro de 2021.
- (vii) 1ª Emissão de debêntures ocorrida em 13 de novembro de 2019 com rating 'BrAAA' pela Standard & Poor's. Foram emitidas 975.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada, sendo 775.000 debentures incentivada pela Lei 12.431/11 da 1ª série, totalizando R\$ 775.000 ao custo de IPCA + 3,54% ao ano com vencimento em 15 de novembro 2029 e 200.000 debêntures da 2ª série, totalizando o volume de R\$ 200.000 ao custo de CDI + 0,58% ao ano com vencimento em 15 novembro de 2024.

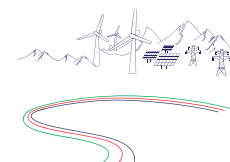


## Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(viii) 2ª. Emissão de debêntures ocorrida em 15 de outubro de 2021 com rating 'BAAA' pela Standard & Poor's. Foram emitidas 1.055.000 debêntures em série única, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada realizada pela Instrução CVM 476/09 incentivada pela Lei 12.431/11 totalizando o valor de de R\$ 1.055.000 ao custo de IPCA + 5,8198% ao ano com vencimento em 15 de outubro 2036.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

	Controladora				Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Circulante</b>													
Empréstimos e financiamentos													
Principal	-	900.000	-	900.000	1.602.630	900.000	(1.703.646)	-	220.993	(31.869)	-	133.716	1.121.824
Juros	-	-	32.381	32.381	166.356	-	(269.284)	289.513	-	12.012	-	-	198.597
Custo de transação	-	-	-	-	(130)	-	-	-	(245)	-	227	-	(148)
Swap	-	-	-	-	61.055	-	(42.694)	23.432	-	74.416	-	-	116.209
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	4.388	-	(38.410)	52.884	-	-	-	-	18.862
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.428)	-	3.428	-	-
	<b>-</b>	<b>900.000</b>	<b>32.381</b>	<b>932.381</b>	<b>1.834.299</b>	<b>900.000</b>	<b>(2.054.034)</b>	<b>365.829</b>	<b>217.320</b>	<b>54.559</b>	<b>3.655</b>	<b>133.716</b>	<b>1.455.344</b>
<b>Não circulante</b>													
Empréstimos e financiamentos													
Principal	2.704.304	-	-	(220.993)	2.704.304	-	-	-	(220.993)	(12.012)	-	232.556	2.703.855
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	(299)	-	-	245	(299)	-	-	-	245	-	-	-	(54)
Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Principal	1.016.386	1.055.000	-	-	1.016.386	1.055.000	-	-	-	-	-	115.255	2.186.641
Custo de transação	(17.488)	(51.796)	-	3.428	(17.488)	(51.796)	-	-	3.428	-	-	-	(65.856)
	<b>3.702.903</b>	<b>1.003.204</b>	<b>-</b>	<b>(217.320)</b>	<b>3.702.903</b>	<b>1.003.204</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(217.320)</b>	<b>(12.012)</b>	<b>-</b>	<b>347.811</b>	<b>4.824.586</b>



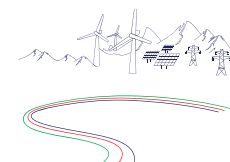
# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Varição monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	19.616	(18.585)	-	1.693.458	31.869	-	(123.728)	1.602.630
Juros	180.742	(263.931)	275.202	-	(25.657)	-	-	166.356
Custo de transação	(171)	-	-	(130)	-	171	-	(130)
Swap	96.835	(25.041)	9.836	-	(20.575)	-	-	61.055
Debêntures								
Principal	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros	5.021	(35.211)	34.578	-	-	-	-	4.388
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>302.043</b>	<b>(342.768)</b>	<b>319.616</b>	<b>1.693.328</b>	<b>(14.363)</b>	<b>171</b>	<b>(123.728)</b>	<b>1.834.299</b>
<b>Não circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	3.372.970	-	-	(1.693.458)	(5.491)	-	1.030.283	2.704.304
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	(526)	-	-	130	-	97	-	(299)
Swap	63.537	-	-	-	(63.537)	-	-	-
Debêntures								
Principal	981.225	-	-	-	-	-	35.161	1.016.386
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	(19.979)	-	-	-	-	2.491	-	(17.488)
	<b>4.397.227</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.693.328)</b>	<b>(69.028)</b>	<b>2.588</b>	<b>1.065.444</b>	<b>3.702.903</b>

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2021, que totalizam o montante de R\$ 1.854.575:

Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R\$'000	Ingresso US\$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.	251.544	(23.451)	228.093
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.	741.688	(69.338)	672.350
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	125.091	(11.710)	113.381
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	125.091	(11.710)	113.381
			<b>1.854.575</b>				<b>1.243.414</b>	<b>(116.209)</b>	<b>1.127.205</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As dívidas em moeda estrangeira na controlada UHE São Simão foram suportadas por garantias concedidas pela Matriz. As demais dívidas na controladora e nas suas controladas não contêm garantias atreladas a dívida.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu *aging* de vencimento demonstrado abaixo:

<b>Vencimento</b>	<b>Nacional</b>	<b>Estrangeira</b>	<b>Derivativos</b>	<b>Debêntures</b>	<b>Total</b>
Circulante					
2022	1.158.682	161.590	116.210	18.862	1.455.344
	<b>1.158.682</b>	<b>161.590</b>	<b>116.210</b>	<b>18.862</b>	<b>1.455.344</b>
Não Circulante					
2023	12.698	2.684.402	-	-	2.697.100
2024	2.645	-	-	199.096	201.741
2025	2.838	-	-	-	2.838
2026	1.218	-	-	193.750	194.968
2027 até 2031	-	-	-	696.481	696.481
2032 até 2036	-	-	-	1.031.458	1.031.458
	<b>19.399</b>	<b>2.684.402</b>	<b>-</b>	<b>2.120.785</b>	<b>4.824.586</b>
<b>Total</b>	<b>1.178.081</b>	<b>2.845.992</b>	<b>116.210</b>	<b>2.139.647</b>	<b>6.279.930</b>

## 16.1. Condições restritivas (covenants)

### 16.1.1. UHE São Simão

A 1ª e 2ª emissão de debêntures e o empréstimo com o Banco BNP Paribas estão sujeitos aos índices financeiros (*covenants*) conforme o quadro a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>
2019 a 2021	4,50
2022	4,00
2023	3,75
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,50

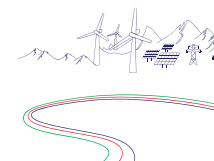
Considera-se:

(a) "Dívida Líquida" com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período.

Os *covenants* financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima.

O índice Dívida Líquida / EBITDA em 31 de dezembro de 2021 ficou em 3,5, cumprindo com os limites estabelecidos nas escrituras da 1ª e 2ª emissão de debêntures da Companhia que para 2021 é ficar abaixo de 4,5.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16.1.2. Millennium

As garantias concedidas pela controlada Millennium para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A foram:

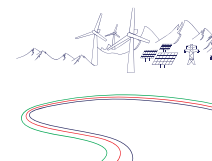
- Fiança de acionista;
- Cessão dos recebíveis da Eletrobrás;
- Conta reserva - Nota Explicativa nº 9;
- Penhor de ações;
- Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL.

Adicionalmente, a distribuição de lucro da controlada não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB.

## 16.1.3. Vale dos Ventos

As principais garantias e cláusulas restritivas relacionadas ao contrato de financiamento da controlada Vale dos Ventos com o BNDES são as seguintes:

- Penhor de 100% do capital social da Companhia, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento;
- Penhor de 100% das receitas auferidas, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento;
- Penhor das máquinas e equipamentos no valor mínimo de R\$206.459;
- Não constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta-reserva o equivalente a três meses do serviço da dívida projetado (vide Nota Explicativa nº 9);
- Qualquer aumento do capital social será empenhado em favor do BNDES;
- Creditar e liquidar financeiramente dividendos ou juros sobre o capital próprio apenas a partir de 2013, exercício de 2012, se existir comprovação de:
  - Geração mínima de energia de 100.600 MWh nos últimos doze meses anteriores à pretendida distribuição de recursos;
  - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,0.
  - Índice de cobertura do serviço da dívida com caixa acumulado de no mínimo 1,30 (somente os valores excedentes a este indicador poderão ser distribuídos).



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**O índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
a) Geração de caixa da atividade		
(+) EBITDA	34.617	32.291
(-) Imposto de renda	211	1.320
(-) Contribuição social	(1.004)	(341)
(+ / -) Variação de Capital de Giro	<u>(6.402)</u>	<u>(3.442)</u>
	27.422	29.828
b) Serviço da Dívida		
(+) Amortização de Principal	17.957	16.659
(+) Pagamento de Juros	<u>2.891</u>	<u>4.270</u>
	20.848	20.929
<b>c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (a) / (b)</b>	<b>1,315</b>	<b>1,425</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
a) Saldo de caixa		
Caixa líquido ao final do ano referência (disponibilidades do ativo circulante)	52.384	43.204
b) Geração de caixa da atividade		
(+) EBITDA	34.617	32.291
(-) Imposto de renda	211	1.320
(-) Contribuição social	(1.004)	(341)
(+ / -) Variação de Capital de Giro	(6.402)	(3.442)
(-) Investimentos realizados	(21)	(316)
(+ / -) (resgates) Aportes das contas de reservas	<u>312</u>	<u>111</u>
	27.713	29.623
c) Serviço da Dívida		
(+) Amortização de Principal	17.957	16.659
(+) Pagamento de Juros	<u>2.891</u>	<u>4.270</u>
	20.848	20.929
<b>d) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida no Ano Referência = (a + b) / c</b>	<b>3,84</b>	<b>3,48</b>

(1)EBITIDA = Lucro líquido (+/-) Resultado financeiro líquido (+/-) Provisão para IR/CS (+) Depreciações e amortizações (+/-) outras receitas e despesas não operacionais.

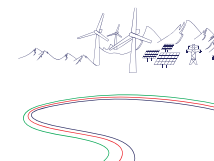
(2)Variação de Capital de Giro = (Ativo circulante (-) Disponibilidade) - (Passivo circulante (-) Empréstimos).

**Compromissos financeiros - “Covenants”**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas estavam em cumprimento dos termos dos *covenants*.

**17. Arrendamentos**

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa nº 12 e demonstrado abaixo:





Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2020	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Arrendamentos de terra	16.862	3.529	-	(2.192)	18.199
Aluguéis de imóveis	29.716	4.602	-	(4.472)	29.846
(-) Ajuste a valor presente	(12.314)	(1.950)	2.940	-	(11.324)
<b>Total</b>	<b>34.264</b>	<b>6.181</b>	<b>2.940</b>	<b>(6.664)</b>	<b>36.721</b>
Circulante	3.593				4.554
Não Circulante	30.671				32.167
<b>Total</b>	<b>34.264</b>				<b>36.721</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Arrendamentos de terra	15.846	2.802	-	(1.786)	16.862
Aluguéis de imóveis	27.431	5.911	-	(3.626)	29.716
(-) Ajuste a valor presente	(12.627)	(2.331)	2.644	-	(12.314)
<b>Total</b>	<b>30.650</b>	<b>6.382</b>	<b>2.644</b>	<b>(5.412)</b>	<b>34.264</b>
Circulante	2.698				3.593
Não Circulante	27.952				30.671
<b>Total</b>	<b>30.650</b>				<b>34.264</b>

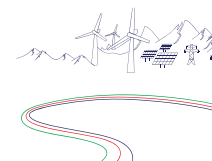
## 18. Impostos a recolher

A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se encontra disposta abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS a recolher	35	3	2.059	1.978
COFINS a recolher	215	20	9.509	9.062
IRPJ corrente a recolher	-	-	13.614	138.225
CSLL corrente a recolher	-	-	34.377	51.714
Outros tributos	100	161	2.367	1.790
	<b>350</b>	<b>184</b>	<b>61.926</b>	<b>202.769</b>

## 19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Encerramento de projetos	
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	14.968	3.259	333	-	(3.009)	15.551
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	-	2.163	9	(1.895)	-	277
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	888	5.421	-	(5.387)	-	922
MME - Ministério de Minas e Energia	222	2.711	-	(2.705)	-	228
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	262	5.086	-	(4.955)	-	393
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	9.583	31.242	-	(35.563)	-	5.262
	<b>25.923</b>	<b>49.882</b>	<b>342</b>	<b>(50.505)</b>	<b>(3.009)</b>	<b>22.633</b>

## 20. Provisões

### 20.1. Provisão provável

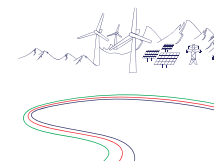
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão ambiental	52	47
Provisão para descomissionamento	8.434	7.531
	<b>8.486</b>	<b>7.578</b>

#### Ação Civil Pública (ACP) - 9519-51.2012.4.01.3803

Trata-se de Ação Civil Pública proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. A CEMIG foi incluída no polo passivo, vez que era a responsável pela fiscalização da área. O MPF requereu o pagamento de R\$ 30, a título de danos morais coletivos (Pedido 1), e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R\$ 30 (Pedido 2). A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão. Neste momento, o processo encontra-se suspenso, aguardando a definição sobre a área efetivamente ocupada – o que está sendo discutido em outro processo paralelo.

#### Provisões para descomissionamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$8.434 (R\$7.531 em 2020), refere-se à provisão para descomissionamento dos parques eólicos em contrapartida ao Imobilizado (Nota 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos (Nota 12).

O cálculo do valor da provisão para descomissionamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação.

## 20.2. Provisão possível

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	125	-
Cíveis	253	-
Fiscais	19.782	8.473
Ambientais	51	-
	<u>20.211</u>	<u>8.473</u>

### **Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231**

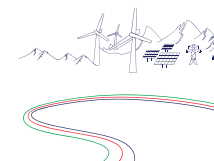
Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela Vale dos Ventos contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. Atualmente, por força de depósito em garantia realizado nos autos, o valor exigido está suspenso até o julgamento da causa. O processo encontra-se em fase de instrução. O passivo envolvido para a Companhia é de R\$ 263.

### **Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231**

Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela Millenium contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. Atualmente, por força de depósito em garantia realizado nos autos, o valor exigido está suspenso até o julgamento da causa. O processo encontra-se em fase de instrução. O passivo envolvido para a Companhia é de R\$ 56.

### **Impugnação de Lançamento - 14751.720226/2013-75**

Trata-se de Auto de Infração decorrente do Termo de Verificação 0430100.2013.00023, que entendeu pela indedutibilidade de despesas financeiras decorrentes de empréstimo, para cálculo do IRPJ e CSLL no ano de 2009. Em 2007, a empresa firmou um contrato de mútuo com a Pacific

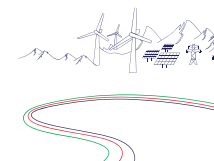


Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hydro Brasil, controladora para obtenção de empréstimo no valor de R\$ 50.213, necessários para a construção do parque eólico na cidade Mataraca/PB. A partir de 2008, a Empresa passou a arcar com juros mensais de 0,57% para a Pacific Hydro Brasil, recolhendo o IRRF sobre tais parcelas. Parte do empréstimo foi capitalizada e outras parcelas foram pagas, remanescendo, em janeiro de 2009, um saldo de R\$5.985, mantendo o pagamento mensal dos juros em 0,57%. Em 2009, a Empresa firmou contratos de mútuo com a empresa Vale dos Ventos, empresa de mesmo controle acionário, só que dessa vez como mutuante, cobrando juros mensais sobre o saldo devedor no valor de 101% da SELIC. Após processo regular de fiscalização, foi lavrado o Auto de Infração em questão, glosando a dedutibilidade das despesas no total de R\$ 723, decorrentes do empréstimo financeiro obtido junto à controladora, mais multa de 75%. Em linhas gerais, entendeu a Fiscalização que por ter a Empresa concedido empréstimos financeiros à Vale dos Ventos, empresa, tais despesas financeiras com os juros do empréstimo tomado não seriam necessárias para a sua atividade, acarretando a indedutibilidade de tais valores. Os argumentos de defesa buscam evidenciar que o entendimento da fiscalização é equivocado, tendo em vista que: (i) nos termos do art. 374 do RIR, “os juros pagos ou incorridos pelo contribuinte são dedutíveis, como custo ou despesa operacional”; (ii) o valor recebido à título de empréstimo pela Impugnante foi utilizado na construção do parque eólico, comprovando que tais quantias eram necessárias para o desenvolvimento da atividade social. O valor residual foi objeto de mútuo com uma terceira empresa, com a cobrança de juros no valor de 101% da taxa SELIC, ou seja, juros superiores aos pagos no empréstimo inicial, que montavam 0,57%. Conforme pacífica jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, só haveria indedutibilidade se o empréstimo fosse pactuado a taxas menores do que aquelas vigentes no financiamento obtido; (iii) a glosa das despesas só seria cabível se a Fiscalização comprovasse, efetivamente, que os recursos foram repassados sem a cobrança de qualquer encargo; e (iv) a prova de que as despesas não foram necessárias é do Fisco, as meras suposições contidas na autuação não podem inverter o ônus da prova. Em 11 de julho de 2013, apresentou-se Impugnação ao Auto de Infração. Em 11 de novembro de 2019, proferida decisão de primeira instância administrativa que manteve integralmente a autuação fiscal. Em 04 de dezembro de 2019, apresentado Recurso Voluntário pela empresa em face da referida decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário perante o CARF. O escritório contratado pela empresa para conduzir o caso entende que o risco de perda é possível, pois há possibilidade de manutenção da decisão inicial de rejeição da impugnação pelo CARF, ainda que a empresa tenha precedentes favoráveis à sua tese. Se mantido o lançamento pela esfera administrativa, será necessário ajuizar processo judicial. O passivo envolvido para a Companhia é de R\$ 2.372.

## **Impugnação de Lançamento - 10469.721753/2013-31**

Trata-se de Notificação de Lançamento de Imposto Territorial Rural (ITR), exercício 2009, referente ao imóvel “Paraíso Azul”, situado na Comarca de Touros/RN, no valor de R\$ 866.988,36, com base nos seguintes fundamentos: (i) ausência de comprovação de plantação de produtos vegetais, permitindo a aplicação de alíquota progressiva em propriedade improdutiva; (ii) ausência de comprovação do valor da terra nua declarado. A defesa apresentada deu origem ao procedimento 10469.722873/2013-56 (Impugnação à Notificação de Lançamento), e ambos os procedimentos tramitam em conjunto. Em suma, alegou-se na impugnação: (i) nulidade do lançamento por envio de intimação para apresentação de documentos em endereço

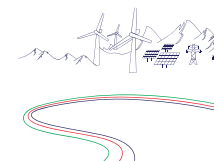


Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antigo, impossibilitando o exercício de defesa; (ii) utilização do imóvel para estudos e pesquisas para implementação de parque eólico, com autorização da ANEEL e EDEMA, afastando a progressividade da alíquota sobre propriedades improdutivas; (iii) regularidade do Laudo de Avaliação apresentado para justificar o real valor da terra nua; (iv) o Sistema de Preços de terra utilizado pela Receita para modificar o valor da terra nua fere o princípio da ampla defesa e do devido processo legal, pois não é acessível aos contribuintes. Foi requerida a nulidade dos atos, com novo prazo para exercício do direito de defesa, alteração do valor da terra nua com base no valor informado anteriormente, não aplicação de juros e multa. Em 14 de abril de 2014, foi proferido acórdão pela Delegacia Regional da Receita Federal, julgando improcedente a impugnação apresentada, mantendo o crédito tributário objeto da notificação de lançamento, com base nos seguintes fundamentos: (i) regularidade de intimação ao contribuinte, pois foi entregue no endereço informado pelo próprio contribuinte; (ii) tempestividade de impugnação e do exercício de defesa; (iii) legalidade do lançamento, por observância aos requisitos legais; (iv) a atividade desenvolvida na propriedade não é considerada atividade rural, o que permite o enquadramento como não produtiva; (v) ausência de impugnação da ausência de áreas com produtos vegetais; (vi) o laudo de avaliação apresentado pelo contribuindo não atendeu as normas da ABNT (vii) mantida a incidência de juros e multa sobre a diferença não recolhida no vencimento. Em 7 de agosto de 2014, foi interposto recurso voluntário reiterando a tese da impugnação. Desde julho de 2016, aguardando julgamento de recurso voluntário perante o CARF. O escritório contratado pela empresa para conduzir o caso entende que o risco de perda é possível, pois há possibilidade de manutenção da decisão inicial de rejeição da impugnação pelo CARF, ainda que a empresa tenha sólidos argumentos de defesa a seu favor. Se mantido o lançamento pela esfera administrativa, será necessário ajuizar processo judicial.

## **Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173**

Em junho de 2018 a Companhia recebeu um lançamento de IPTU referente ao ano de 2018 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$7.942. Ao final do procedimento administrativo, a Companhia recebeu em 6 de setembro de 2019 uma notificação do Município de São Simão, referente à cobrança do IPTU para os exercícios de 2018 e 2019 conjuntamente, no valor total de R\$ 5.775. Em 27 de setembro de 2019, o Município emitiu nova notificação, informando à empresa sobre o registro do referido débito de IPTU em dívida ativa municipal, sem que fosse observado o prazo legal de defesa da empresa. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019. O Município apresentou sua defesa e, posteriormente, foi realizada perícia técnica. Atualmente os autos aguardam a sentença de primeira instância. Tanto em 2020 como em 2021, a autoridade fiscal municipal de São Simão/GO realizou novos lançamentos de IPTU, referente aos anos de 2020 e 2021, no valor de R\$ 2.698 para cada ano. Considerando que a decisão liminar para suspensão da execução da dívida tributária abarcava débitos pretéritos e futuros, a UHE São Simão Energia S.A. apresenta anualmente cartas de fiança complementares, com consequente suspensão das parcelas de cada ano.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Reclamação Trabalhista - 1001360-25.2020.5.02.0016**

A Companhia está no polo passivo de reclamação trabalhista ajuizada por ex-funcionário, que exige pagamento de adicional de periculosidade como compensação pelos riscos envolvidos na sua atividade laboral. Foi realizada perícia e, neste momento, o processo aguarda a sentença de primeira instância. O valor da causa é de R\$ 102.

**Ação de Cobrança – 1097055-90.2021.8.26.0100**

A Companhia contratou a empresa Transpi em caráter emergencial para transportar um transformador até a Usina São Simão. No entanto, a contratada não conseguiu cumprir o contrato a tempo, motivo pelo qual a Companhia se negou a pagar o valor total estipulado pelos serviços. A contratada então ajuizou ação de cobrança requerendo o pagamento de R\$ 239. Em sua defesa, a Companhia apresentou pedido contraposto em virtude dos prejuízos sofridos com o atraso dos serviços, no valor de R\$ 326. Nesse momento, o processo encontra-se em fase de instrução.

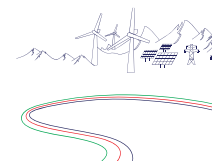
**21. Impostos diferidos**

A composição dos impostos diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>Passivo Não Circulante</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
IRPJ	6.298	4.924	314.958	144.092
CSLL	2.267	1.773	113.385	51.873
PIS	-	-	412	-
COFINS	-	-	1.897	-
	<b>8.565</b>	<b>6.697</b>	<b>430.652</b>	<b>195.965</b>

Os saldos de ativos diferidos líquidos de passivos refletem os efeitos fiscais na controlada Vale dos Ventos.

Os saldos de passivos diferidos líquidos de ativos refletem os efeitos fiscais nas controladas UHE São Simão e Millennium.



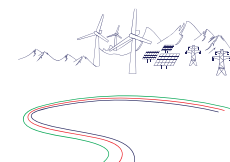


# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Prejuízos Fiscais</b>	23.300	25.595	-	-	(2.295)	(2.018)	-	-
<b>Base negativa da contribuição social</b>	8.388	9.214	-	-	(826)	(726)	-	-
	<b>31.688</b>	<b>34.809</b>	-	-	<b>(3.121)</b>	<b>(2.744)</b>	-	-
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Adições temporárias	(31.662)	(34.846)	29.583	34.014	7.615	5.843	-	-
Ativo financeiro	-	-	456.925	233.923	(223.002)	(86.696)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	52.352	54.609	-	-	(2.257)	(2.340)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	59.642	1.236	-	-	58.406	24.257
Instrumentos financeiros - Debêntures	53.258	14.071	-	-	39.187	11.954	-	-
Amortização Capex Melhorias	20.736	11.262	-	-	9.474	8.433	-	-
Outras	-	-	2.309	-	(2.309)	-	-	-
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	<b>94.684</b>	<b>45.096</b>	<b>548.459</b>	<b>269.173</b>	<b>(168.983)</b>	<b>(62.806)</b>	<b>58.406</b>	<b>24.257</b>
<b>Total bruto</b>	<b>126.372</b>	<b>79.905</b>	<b>548.459</b>	<b>269.173</b>	<b>(172.104)</b>	<b>(65.550)</b>	<b>58.406</b>	<b>24.257</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(117.807)	(73.208)	(117.807)	(73.208)				
<b>Total</b>	<b>8.565</b>	<b>6.697</b>	<b>430.652</b>	<b>195.965</b>				





Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. CAPEX melhorias

A partir da aprovação do projeto de modernização, ocorrido em reunião do Board da Companhia em dezembro de 2019 a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa nº 14 e demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Correção contratual</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão CAPEX melhorias	1.108.911	98.910	-	(67.145)	1.140.676
(-) Ajuste a valor presente	(287.668)	(41.638)	66.086	-	(263.220)
<b>Total</b>	<b>821.243</b>	<b>57.272</b>	<b>66.086</b>	<b>(67.145)</b>	<b>877.456</b>
Circulante	99.336				89.903
Não Circulante	721.907				787.553
<b>Total</b>	<b>821.243</b>				<b>877.456</b>

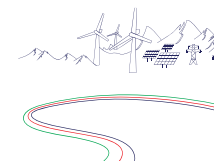
	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Provisão CAPEX melhorias	1.179.281	-	(5.500)	(64.870)	1.108.911
(-) Ajuste a valor presente	(357.918)	70.250	-	-	(287.668)
<b>Total</b>	<b>821.363</b>	<b>70.250</b>	<b>(5.500)</b>	<b>(64.870)</b>	<b>821.243</b>
Circulante	35.178				99.336
Não Circulante	786.185				721.907
<b>Total</b>	<b>821.363</b>				<b>821.243</b>

## 23. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.392.246.622, representado por 2.392.246.622 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

### a. Destinação dos lucros:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Lucro a ser destinado:</b>		
Lucro líquido apurado no exercício	211.593	225.676
Constituição da reserva legal - 5%	(10.580)	(11.284)
	<b>201.013</b>	<b>214.392</b>
<b>Destinação do lucro:</b>		
Dividendos	50.253	53.598
Reserva de lucros	150.760	160.794
	<b>201.013</b>	<b>240.207</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O saldo de dividendos a receber e a pagar aberto por acionista é composto conforme abaixo:

		<b>Dividendos a receber</b>			
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>% Participação</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Acionistas</b>					
UHE São Simão	51%	86.721	118.509	-	-
		<b>86.721</b>	<b>118.509</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
		<b>Dividendos a pagar</b>			
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>% Participação</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Acionistas</b>					
SPIC Green Energy Ltda	100%	320.481	165.826	320.481	165.826
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	-	-	59.514	81.330
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	-	-	11.903	16.266
CPD Energy investment Co. limited	7%	-	-	11.903	16.266
		<b>320.481</b>	<b>165.826</b>	<b>403.801</b>	<b>279.688</b>

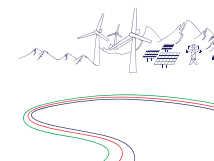
#### b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica “*Hedge* de fluxo de caixa”, serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.

## 24. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	211.593	225.676
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	2.392.247	1.630.507
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,0884	0,1384

## 25. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

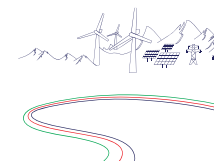
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

c) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA.

d) Receita de O&M – Operação e Manutenção e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber em decorrência do gasto com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Suprimento mercado livre	-	-	476.720	510.260
Energia de curto prazo	-	-	31.781	16.769
Receita RBO	-	-	1.291.098	898.041
Receita de O&M	-	-	522.059	453.695
Outras receitas operacionais (i)	-	13.000	3.273	13.272
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>13.000</b>	<b>2.324.931</b>	<b>1.892.037</b>
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
ICMS	-	-	(129)	(33)
PIS/COFINS	-	(884)	(214.956)	(174.681)
ISS	-	(650)	-	(650)
	-	(1.534)	(215.085)	(175.364)
Encargos do consumidor				
P&D	-	-	(13.554)	(13.154)
TFSEE	-	-	(4.897)	(3.811)
CFURH	-	-	(31.242)	(57.465)
	-	-	(49.693)	(74.430)
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>(1.534)</b>	<b>(264.778)</b>	<b>(249.794)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>-</b>	<b>11.466</b>	<b>2.060.153</b>	<b>1.642.243</b>

(i) refere-se aos gastos integrais na controladora com serviços diversos para aquisição da controlada UHE São Simão em 2017 e cobrados em 2020 dos sócios minoritários detentores de 49% do controle na controlada UHE São Simão.

## 26. Nota de gastos

	Controladora					
	2021			2020		
	De operação	Gerais e Adm.	Total	De operação	Gerais e Adm.	Total
Pessoal e Administradores	-	5.217	5.217	-	2.914	2.914
Material	-	60	60	-	444	444
Serviços de terceiros	-	16.697	16.697	-	19.508	19.508
Depreciação	-	12	12	-	-	-
Amortização	-	378	378	-	-	-
Outras	-	993	993	-	3.230	3.230
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>23.357</b>	<b>23.357</b>	<b>-</b>	<b>26.096</b>	<b>26.096</b>
	Consolidado					
	2021			2020		
	De operação	Gerais e Adm.	Total	De operação	Gerais e Adm.	Total
Energia elétrica comprada para revenda	12.673	-	12.673	15.447	-	15.447
Encargos de uso do sistema de distribuição	209.003	-	209.003	189.800	-	189.800
Pessoal e Administradores	31.711	52.260	83.971	25.832	39.536	65.368
Material	1.225	456	1.681	3.083	907	3.990
Serviços de terceiros	23.042	49.857	72.899	29.475	42.857	72.332
Depreciação	11.416	854	12.270	15.020	832	15.852
Amortização	95.947	4.162	100.109	95.234	3.125	98.359
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	142	140	282	30	163	193
Aluguéis e arrendamentos	473	1.621	2.094	167	2.342	2.509
Perdas na desativação de bens	10	-	10	-	-	-
Outras	8.952	3.842	12.794	7.537	6.801	14.338
Recuperação de custos - Extensão da Outorga	(22.655)	-	(22.655)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>371.939</b>	<b>113.192</b>	<b>485.131</b>	<b>381.625</b>	<b>96.563</b>	<b>478.188</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

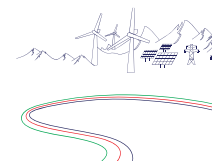
## 27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	15.991	6.279	45.750	23.510
Multa e juros s/ energia vendida	(4)	-	701	1.704
Descontos Obtidos	-	-	222	221
Outros juros e variações monetárias	9.364	289	9.300	1.004
Outras receitas financeiras	-	1	-	1
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(967)	(304)	(2.967)	(1.697)
<b>Receitas financeiras total</b>	<b>24.384</b>	<b>6.265</b>	<b>53.006</b>	<b>24.743</b>
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	(34.641)	(291)	(315.478)	(285.846)
Debêntures	-	-	(56.312)	(37.069)
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	(69.025)	(72.893)
Atualização P&D	-	-	(342)	(221)
Provisão para descomissionamento	-	-	(903)	(1.302)
Outras despesas financeiras	(1.171)	(2)	(2.023)	(705)
<b>Despesas financeiras total</b>	<b>(35.812)</b>	<b>(293)</b>	<b>(444.083)</b>	<b>(398.036)</b>
Variação monetária/cambial líquida				
Variação monetária	89	-	(116.978)	(34.720)
Variação cambial	(6)	-	(7.329)	(33.456)
<b>Total variação monetária/cambial líquida</b>	<b>83</b>	<b>-</b>	<b>(124.307)</b>	<b>(68.176)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(11.345)</b>	<b>5.972</b>	<b>(515.384)</b>	<b>(441.469)</b>

## 28. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	<b>367.692</b>	<b>254.487</b>
IRPJ - Corrente	141.826	137.455
CSLL - Corrente	53.762	51.482
IRPJ - Diferido	126.548	48.199
CSLL - Diferido	45.556	17.351
	<b>367.692</b>	<b>254.487</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da alíquota efetiva:

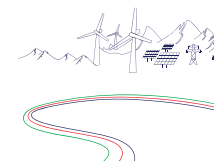
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	211.593	225.676	930.107	722.586
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(71.942)	(76.730)	(316.237)	(245.679)
Equivalência Patrimonial	83.740	79.673	84.475	85.618
Imposto diferidos não constituído (a)	(11.794)	(2.922)	(11.811)	(2.922)
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Adições Permanentes	(4)	(1)	(76)	(31)
Doações	-	(20)	(1.470)	(1.399)
Gratificação	-	-	(738)	(494)
Adições temporárias	-	-	(7.337)	(5.031)
Ativo Financeiro	-	-	(21.945)	(8.837)
CPC 06	-	-	(610)	(552)
Swap	-	-	116.566	304.884
Capex melhoria	-	-	(9.475)	(9.733)
Realização Receita (ACR)	-	-	(379.228)	(364.057)
Variação Cambial Ativa (Realizada e não realizada)	-	-	166.822	196.376
Variação Cambial Passiva (Realizada e não realizada)	-	-	(293.842)	(515.968)
Receita RBO/O&M	-	-	616.473	459.590
Realização Dívida	-	-	92.252	93.262
Juros	-	-	(82.028)	(87.577)
Variação Monetária - Debêntures	-	-	(39.187)	(11.955)
Extensão da Concessão	-	-	7.703	-
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	3.767	3.225
Incentivos fiscais				
Lei Rouanet	-	-	3.803	2.800
Lucro da Exploração	-	-	3.954	3.036
Inovação Tecnológica - P&D	-	-	628	686
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	375	342
Adicional (10%)	-	-	24	24
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	-	-	(1)	1.001
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(195.588)	(188.937)
	0,00%	0,00%	21,03%	26,15%

## 29. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

#### a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

#### b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

#### c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

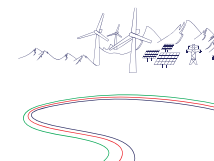
#### d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					31/12/2020
	31/12/2021					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	489.273	-	-	-	489.273	150
Empréstimos e financiamentos	781.022	151.359	-	-	932.381	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	129.205	-	129.205	122.140
Partes relacionadas	-	-	11.309	-	11.309	10.790
<b>Total</b>	<b>1.270.295</b>	<b>151.359</b>	<b>140.514</b>	<b>-</b>	<b>1.562.168</b>	<b>133.080</b>

	Consolidado					31/12/2020
	31/12/2021					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	540.641	219.050	-	-	759.691	38.948
Empréstimos e financiamentos	786.502	552.632	3.096.648	1.727.939	6.163.721	5.476.147
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	129.205	-	129.205	122.140
Partes relacionadas	-	-	12.230	-	12.230	11.734





Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					31/12/2020
	31/12/2021				Total	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
<b>Passivos Financeiros</b>						<b>Total</b>
Arrendamentos e aluguéis	1.109	3.445	29.323	2.844	36.721	34.264
Provisão - Capex melhorias	53.763	36.141	598.320	189.232	877.456	821.243
Derivativos	-	116.209	-	-	116.209	61.055
<b>Total</b>	<b>1.382.015</b>	<b>927.477</b>	<b>3.865.726</b>	<b>1.920.015</b>	<b>8.095.233</b>	<b>6.565.531</b>

## Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2021		31/12/2020		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	510.699	510.699	335.733	335.733	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber com partes relacionadas	759.937	759.937	132.913	132.913	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos circulantes	115	115	63	63	Custo amortizado
Financiamentos e empréstimos	932.381	932.381	-	-	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	113.225	113.225	-	-	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	489.273	489.273	150	150	Custo amortizado

	Consolidado				Categoria
	31/12/2021		31/12/2020		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.249.090	1.249.090	1.032.364	1.032.364	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	49.831	49.831	58.208	58.208	Custo amortizado
Contas a receber com partes relacionadas	620.469	620.469	933	933	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro	6.569.565	6.569.565	5.936.328	5.936.328	Valor justo por meio de resultado
Outros ativos circulantes	17.538	17.538	10.334	10.334	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	487.935	487.935	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	1.243.414	1.243.414	781.385	781.385	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Depósitos judiciais e cauções	123.975	123.975	10.303	10.303	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Financiamentos e empréstimos	-	-	1.801.451	1.801.451	Valor justo por meio de resultado
Financiamentos e empréstimos	4.024.073	4.024.073	2.671.410	2.671.410	Custo amortizado
Debêntures	2.139.647	2.139.647	1.003.286	1.003.286	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	129.205	129.205	122.140	122.140	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	116.209	116.209	61.055	61.055	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e aluguéis	36.721	36.721	34.264	34.264	Custo amortizado
Partes relacionadas	12.230	12.230	11.734	11.734	Custo amortizado
Fornecedores e outras contas a pagar	759.691	759.691	38.948	38.948	Custo amortizado

## Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo *swap* para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira.

As operações de *swap* vigentes consistem na troca da variação cambial por uma correção em taxa pré-fixada.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 montam em R\$ 2.845.992 (R\$ 4.207.476 em 31 de dezembro de 2020).

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos *swaps* de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda em aberto no fim do período de relatório:

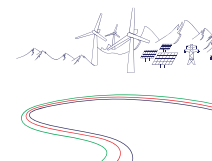
<b>Contratos em aberto</b>	<b>Encargos dos empréstimos</b>	<b>Taxa prefixada do swap</b>	<b>Notional R\$</b>	<b>Valor justo R\$</b>
Vencimento em cinco anos – Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47%a.a. e 11,49%a.a.	1.854.575	1.127.205

### *Análise de sensibilidade*

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota nº 16 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Consolidado

### UHE São Simão

#### Derivativo Cash Flow Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2021	Taxa					
Financiamento (5Y)	1.894.206	11,48%	413.025	421.525	430.025	438.525	447.025

#### Debenture Infra (Tranche I)

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2021	Taxa					
Tranche 1	908.447	IPCA + 3,54%	422.975	439.139	455.283	471.408	487.513

#### Debenture (Tranche II)

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2021	Taxa					
Tranche 2	202.271	CDI + 0,58%	57.807	59.333	60.857	62.379	63.899

#### Debenture Infra (Tranche III)

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2021	Taxa					
Financiamento	1.094.785	CDI + 1,85%	677.695	708.534	739.336	770.101	800.830

#### Syntetic Loan

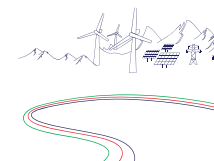
Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2021	Taxa					
Financiamento	204.448	5,04%	11.687	12.021	12.354	12.688	13.021

### MILLENNIUM

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2021	Taxa					
Financiamento BNB	11.731	FNE	2.383	2.447	2.510	2.573	2.637
Taxa sujeita a variação		9,50%					

### VDV

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2021	Taxa					
Financiamento BNDES	29.587	TJLP	1.810	1.867	1.920	1.978	2.033
Taxa sujeita a variação		8,87%					



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém as seguintes apólices:

D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, com vigência de 08/11/2021 a 08/11/2022.

Responsabilidade civil, com vigência de 09/05/2021 a 09/05/2022, com cobertura total de R\$ 50.000.

Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 30/12/2021 a 30/11/2022, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 4.636.427 com limite máximo de indenização de R\$ 1.388.431 limitado a R\$ 569.075 para a apólice de Lucros Cessantes.

### 31. Transações que não afetaram o caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Atividades de Investimento				
Empréstimos para terceiros	486.481	-	486.481	-
Atividades de financiamento				
Aumento de capital com dividendos	(259.000)	-	(259.000)	-

### 32. Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2022 a Companhia recebeu o aporte de capital no montante de R\$ 776.833 de sua acionista SPIC Green Energy Limited. Este aporte de capital foi utilizado na mesma data para pagamento integral do empréstimo junto ao Banco Sumitomo Mitsui no montante de R\$ 783.600.

Entre os meses de janeiro de 2022 e março de 2022 foi quitado o contas a pagar para GNA II Geração de Energia S.A. no montante de R\$ 486.481 descrito na nota explicativa 15.

#### Composição da Diretoria

Adriana Waltrick  
Diretora Geral

Paulo Dutra  
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza  
Contadora  
CRC - 1SP145065/O-9

